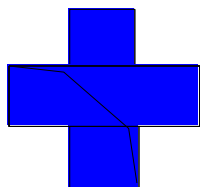




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze**, às duas horas da tarde, no
2 Hotel Veneza Palace, em Cuiabá/MT deu início à **centésima nonagésima segunda reunião**
3 **ordinária** do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso. Devido à ausência, por motivo de
4 viagem do **Presidente do Conselho, o Sr. Pedro Henry Neto, o Vice Presidente do CES, o Sr.**
5 **Carlos Alberto Eilert deu início a reunião**, fez os devidos cumprimentos e após a conferência de
6 quorum, com dezessete conselheiros presentes deu início a reunião. Antes de começar a reunião, o
7 **presidente** deu posse aos novos conselheiros ou a nova modificação em termo de titular ou
8 suplente. **Ato nº 3.940/2011:** resolve nomear a Senhora Ruth Magny Soares para exercer a função
9 de membro suplente (AMDE). **Ato nº 3941/2011:** resolve nomear o Senhor Joilson da Costa
10 Monteiro para exercer a função de membro titular, Catarina Pereira Chagas para exercer a função de
11 suplente (Associação Estadual dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso). **Ato nº**
12 **3.942/2011:** resolve nomear a Senhora Márcia de Campos para exercer a função de titular e a
13 Senhora Regiane Corrêa de Oliveira para exercer a função de suplente (GSP/MOPS). **Ato nº**
14 **3943/2011:** resolve nomear a Senhora Aparecida Clestiane S.V. Amorim para exercer a função de
15 membro titular, e o Senhor Paulo Sérgio Lopes de Souza para exercer a função de suplente
16 (COSEMS). Em seguida, **o conselheiro João dourado destacou:** solicitou que fizesse a publicação
17 do representante indígena. Na sequência, **o presidente** fez os seguintes agradecimentos: Maria
18 Aparecida Aurea Lambert (COAPRE – SES/MT), Soraya Miter Simon (Fórum Intersetorial de
19 Saúde Mental), Leonel Perez Correa (Hospital Universitário Julio Muller), Rosa Mary (CEREST),
20 CAPS CPA IV (Fabiana = Assistente Social / Liriana = Enfermeira), Nathalia / Pedro Henrique
21 (Centro Acadêmico de Medicina UFMT), Álvaro Lúcio Rondon (CRIDAC), Coordenação Carlos
22 Henrique (Comissão de Comunicação 7º Conferência), Presidente Conselho Municipal de Saúde
23 Diamantino = Jacildo Pinho Vice - Reitor da UFMT = Prof.º Francisco. Após o registro dos
24 convidados presentes, **o presidente** colocou em aprovação a ata da reunião: Extraordinária do mês
25 de junho de 2011 – (08/06/11), que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, **o presidente** fez a
26 leitura das pautas e a conselheira Leila fez um pedido de antecipação do ponto de Pauta 3.5
27 **(Apresentação sobre realização da 7º Conferência Estadual de Saúde)**, colocando-o logo após o
28 ponto de Pauta 3.1 **(Cedência de servidor da FUNASA para o MT Laboratório)**. Na sequência, **o**
29 **presidente** colocou em votação e com 13 favoráveis, 1 contrário e 5 abstenções, foi acatado o
30 pedido da conselheira Leila. Em seguida, **o presidente** sugeriu que a colocação feita pelo
31 conselheiro Orlando, fosse incluso um ponto de Pauta (Pauta 3.7). Na sequência, **o presidente**
32 colocou em votação e com 21 votos favoráveis, foi aprovada a sugestão do presidente de inclusão
33 de Pauta 3.7. Em seguida, **o conselheiro Carlinhos propôs** uma inclusão de Pauta (3.8
34 **Convocação do secretário de fazenda para esclarecimento sobre os recursos da Saúde)**. Na
35 sequência, **o presidente** colocou em votação e com 1 contrário, nenhuma abstenção, foi aprovada a
36 inclusão da Pauta 3.8. Em seguida, **a conselheira Zuleide propôs uma inclusão de Pauta 3.9**, para
37 discutir a situação do contrato das OS. Na sequência, **o presidente** colocou em votação e com 1
38 abstenção e nenhum voto contrário, foi aprovada a proposta da conselheira Zuleide. Em seguida, **o**
39 **presidente** deu início à pauta 3.1 **(Cedência de Servidor da FUNASA para o MT Laboratório)**.
40 Na sequência, o presidente colocou em votação e com 2 abstenções, nenhum contrário e 19
41 favoráveis, foi aprovada a proposta da Pauta 3.1. Em seguida, **o presidente** deu início a Pauta 3.2
42 **(Apresentação sobre realização da 7º Conferência Estadual de Saúde)** que foi abordada pela



SUS

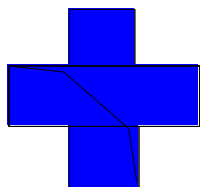
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

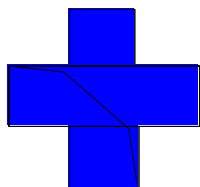
conselheira Leila: destacou alguns problemas com relação à execução da conferência, disse que já foram encaminhados todos os processos, inclusive o documento para adesão a **Ata 041 da SAD**. Destacou que a comissão da Conferência já se reuniu com as empresas que irão atender a Conferência. Em seguida a **Sra. Leila fez a leitura do documento exigido pelo Sr. Henrique**, da gerência de contrato como justificativa da realização da Conferência, para adesão a **Ata 041 da SAD**. Cordiais cumprimentos. Como é de conhecimento de todos estamos em fase exígua no processo de organização da 7ª Conferência Estadual de Saúde de Mato Grosso, a ser realizada nos dias 14, 15 e 16 de outubro do corrente ano que contará com público alvo estimado em 1.500 participantes. A Comissão Organizadora, dado a diversidade e complexidade de ações e serviços a serem organizados pelas Subcomissões designadas pela resolução do Conselho Estadual de Saúde nº 038/2010 e Portaria nº 10/2011/GBSES, buscamos junto aos setores Financeiro e Orçamentário da SES dar celeridade no processo de estruturação do evento. Em virtude das Atas de Registro de Preços de nº 032/2010/SAD/MT-SEDUC e Ata nº 003/2010/SMASDH/Prefeitura Municipal de Cuiabá, responsáveis para atenderem o Plano de Trabalho Anual (PTA) do CES-MT não possuem saldo financeiro e quantitativo para atender a demanda da 7ª Conferência Estadual de Saúde de MT, foi que a Comissão Organizadora encaminhou os Termos de Referência protocolados nos dias 10 de agosto, sob os nrsº 617516, 617482 e no dia 11 de agosto 620243 e 620244, ao Secretário Adjunto Executivo. É fundamental, que atentamos para algumas situações primordiais para a eficácia, eficiência e efetividade deste evento, e evidentemente dos recursos aplicados. O espaço da realização do evento, tem significado primordial, tanto para os participantes como para os organizadores, pois são determinantes em várias situações, como: maiores gasto com transporte para deslocamento de participantes (ainda mais se considerarmos o trânsito da nossa capital), que poderá desencadear atraso na execução da programação, causando transtorno e possibilidade de repúdio, maior possibilidade de dispersão e desmobilização dos participantes. Além dessas situações, ainda temos que atender condições fundamentais referentes ao espaço, a fim de cumprirmos alguns preceitos que o SUS assegura, tais como: **acesso:** trazendo aqui a questão da acessibilidade, que é tornar as coisas acessíveis para qualquer pessoa com algum tipo de deficiência, de limitação (até de não saber ler ou saber se localizar em cidades maiores e com trânsitos complicados) ou de incapacidade (idoso ou pessoas com um agravamento à saúde que impõem restrições de vários tipos), quer seja temporária ou permanente; **humanização:** onde podemos estabelecer processos de acolhimento e escutas desses participantes, onde podemos oferecer melhor forma de atendê-los; **integralidade:** facilitando emergir espaços onde aconteça aproximação entre os diversos atores e segmentos envolvidos na saúde para que as proposições sejam de interesses coletivos e não pessoal, além de outras situações. Acreditamos que esta capacidade de participação social, deste exercício de compartilhamento de poder e corresponsabilidade pelos rumos da política de saúde de Mato Grosso, tem grande dependência das condições necessárias e adequadas a realização da 7ª Conferência, por isso entendemos que a preocupação com o local, seja compatibilizado aspectos legais de aquisição de serviços e condições favoráveis aos participantes que a maioria vem de municípios pequenos e distantes. Na sequência, **o presidente** passa a fala para os conselheiros inscritos, **a conselheira Lilia destacou:** foi garantido recursos para essa conferência e onde está esse recurso ? Esse recurso foi remanejado ? Por que não foi passado por esse pleno ? Nós não tivemos ciência disso, esse recurso era destinada a Conferência Estadual de Saúde, se fosse





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

85 necessário suplementaria esse recurso aqui através do Conselho Estadual de Saúde, em uma reunião
86 do pleno. Disse também: que gostaria de saber se foi documentado que vai ser no Hotel Fazenda de
87 Mato Grosso, isso tem que estar bem escrito para dar garantia, dentro de um mês esse trabalho vai
88 ser efetivado ? Nós vamos ter a Conferência ? Quanto ao palestrante, é essencial ter um palestrante,
89 torna o evento mais rico, proporciona um maior debate. Em seguida, **o conselheiro Carlinhos**
90 **destacou:** vou me contrapor ao que a conselheira Lilia disse, quem nós vamos trazer para fazer as
91 palestras ? Se for trazer, deveria trazer um palestrante a nível nacional e não daqui, eu sou contra
92 trazer um palestrante. Na sequência, **a conselheira Clestiane destacou:** gostaria que fosse incluída
93 no tema, uma palestra sobre gestão, por conta de que nós sabemos que existe muita dificuldade na
94 gestão, tanto estadual como municipal com relação aos municípios. Propôs também trazer um
95 palestrante da Bahia, Secretário de Estado da Bahia e Conselheiro Nacional, pois tem uma
96 experiência interessante em relação à gestão. Em seguida, **o conselheiro Orlando destacou:** está
97 preocupado com esta situação, inclusive estamos fazendo o encontro de ordem e educação,
98 SINTEP/MT na mesma data da Conferência Estadual de Saúde. Na reunião da Conferência
99 Estadual do Trabalho Descente, o próprio Estado declarou que não tem recursos para fazer a
100 Conferência. Disse também: não iremos fazer a reunião da educação no Hotel Fazenda, pois o hotel
101 alega que terá a reunião Estadual na data. Temos que respaldar, inclusive tenhamos tranquilidade
102 para que a própria comissão esteja fazendo os demais encaminhamentos da Conferência para não
103 correr o risco de na véspera da Conferência os delegados pagarem do próprio bolso e depois serem
104 ressarcidos, se é que serão ressarcidos mesmo. Na sequência, **o conselheiro Edvande destacou:**
105 devido algumas confusões financeiras que estavam tendo, convoquei uma reunião com a Comissão
106 do Conselho em conjunto com a subcomissão da Conferência, devido que no PTA do Conselho foi
107 aprovado o valor de R\$ 660,600 para essa Conferência, queríamos saber se tem mesmo esse
108 dinheiro e se vai acontecer ? O que foi confirmado ontem é que tem o dinheiro e a Conferência vai
109 acontecer. O conselheiro propõem que faça o convite para a Dra. Jurema Wernec, ministrar a
110 palestra do tema central da Conferência e que instalemos um QG da Conferência em um local
111 próprio, para reunir com alguns técnicos, temos que montar um espaço próprio. Em seguida, **a**
112 **conselheira Aparecida Amorim destacou:** penso que não temos que ficar discutindo sobre
113 orçamento, é ponto passivo, temos que resolver essa questão na administração. O que temos que
114 discutir aqui é a questão dos palestrantes e temas, pois penso que não devemos fugir muito dos
115 temas que foram discutidos nos municípios, correndo risco das pessoas, que lá discutiram, chegar
116 aqui e ter outra temática. Na sequência, **a conselheira Leila fez** os esclarecimentos às indagações
117 dos conselheiros: com relação ao questionamento da conselheira Lilia, os termos de referência
118 foram feitas em cima das necessidades da Conferência, o secretário adjunto está garantindo tudo
119 aquilo que foi empenhado. Com relação à realização ou não da Conferência, esta é uma garantia
120 Constitucional, Federal e Estadual. Com relação ao questionamento do conselheiro Carlos sobre a
121 justificativa que a Comissão teve que fazer para a realização da Conferência, foi para aderir a **Ata**
122 **041/SAD**, foi porque surgiu um contrato de hospedagem e alimentação na SES, portanto não
123 haveria a necessidade de aderir a **Ata 041/SAD**. Finalizando a conselheira Leila disse que gostaria
124 que todas as comissões participassem e que todos fizessem a leitura do regimento interno, para
125 saber o que é atribuição de cada um, vamos vestir a camisa. Em seguida, **o Presidente** deu início à
126 votação dos eixos e palestrantes da 7ª Conferência Estadual de Saúde: **Jorge Sollo (Secretário da**



SUS

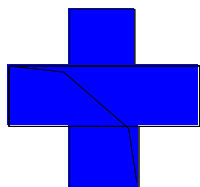
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Saúde da Bahia) com 22 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, **Jurema Werneck (Controle Social)** com 20 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum contrário, **Dra. Wildice (Tema Central)** com 18 votos favoráveis, 1 abstenção e 1 voto contrário, **Luiz Odorico (Acesso e Acolhimento)** com 20 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum contrário, **Hanseníase, Nutrição Saudável e toda essa parte**, foi aprovada por unanimidade, fica para a **Comissão** deliberar os nomes. Na sequência, **o conselheiro Ângelo destacou:** gostaria que fosse preparado um bânêr e que colocasse todas as aprovações da 6º Conferência, para que todos relembrem. Em seguida, foi aprovada a referida proposta do conselheiro Ângelo. Na sequência, **o presidente** deu início à próxima Pauta. **Pauta 3.2 (Situação do Hospital Julio Muller)**, que foi apresentada pelo diretor clínico Drº Leonel, pois substituiu o diretor superintendente Drº Elias. Em seguida, Drº Leonel fez os seguintes destaques: relatou sobre Atendimento Mensal por Ambulatório, Internações, Altas, Óbitos, Transferências Externas, Exames, Cirurgias. Destacou também: Ações Realizadas em 2011/1: Aquisição de 02 caldeiras a gás, Agilização no processo de licitação do Centro de nefrologia pela SINFRA; Processo licitatório de reforma do Centro Cirúrgico – Emenda Parlamentar (Deputado Federal Valtenir), Pavimentação das vias internas do HUJM e estacionamento SINFRA – R\$ 1.500.000,00, Equipamentos do MEC REHUF, Reabertura da entrada principal do HUJM, Aprovação pelo CONSUNI (Reitoria) da jornada de trabalho de 30 horas/semanais aos servidores da Enfermagem e Laboratório (Reivindicação do SINTUF), Implantação de registro de frequência, através de Ponto Eletrônico (CGHU/MEC e CGU), Implantação em conjunto com a S.E.S. do Teste do Pezinho III (Fibrose Cística), Negociação com a ProUnin/UNIMED para reforma de 01 Enfermaria, Negociação com o Banco Santander para convênio de locação de espaço físico no interior do HUJM no valor de R\$ 100.000,00, Repasse da Gestão do Serviço de Verificação de Óbito da S.E.S. para o HUJM valor R\$ 10.000,00/mês, Negociação com o Ministério Público Federal e S.E.S. para aquisição de equipamentos de Oftalmologia. Relatou também: Propostas do HUJM para o Ano de 2012: Reforma do UTI – Adulto, Reforma do Serviço de Produção de Refeições, Reforma de 08 enfermarias que estão faltando, Reforma dos Postos de Enfermagem, Retomada da Construção do Centro de Nefrologia, Construção de Estação de Tratamento de Esgoto, Construção de Central de Resíduos Sólidos, Construção de Novas Guaritas, Melhoria da Estrutura Física do Departamento Pessoal, Informatização de todo o HUJM, Implementar as Políticas do REHUF, Início da Construção do Novo Hospital. Em seguida, **o presidente** colocou a Pauta em discussão para os conselheiros. Na sequência, **a conselheira Aparecida Amorim destacou:** no relatório não da para enxergarmos claramente a questão do pessoal, no Julio Muller existe essa deficiência. Na verificação de óbito recebem-se várias queixas, por causa da demora em liberar os corpos principalmente no período noturno. Em seguida, **o conselheiro Edvande** indagou sobre como está a construção do hospital Julio Muller? Na sequência, o **Drº Francisco respondeu:** finalmente o ministério da educação colocasse no seu PPA, no seu planejamento de orçamento, verba para construção do Hospital. O problema com orçamento continua sendo muito importante, o déficit é muito grande, cerca de R\$ 1.000.000,00. Disse também: os fornecedores não estão mais fornecendo, pois não estão recebendo. Em seguida, **o conselheiro Carlinhos destacou:** que na apresentação não percebeu a questão de pessoal, pois isso é um caos no Hospital Julio Muller e essa é uma proposta desse conselho, é ter um hospital 100% SUS em MT e que não precise de gerenciamento de OS. Finalizando, o



SUS

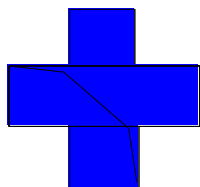
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

conselheiro disse que quando for renovar o contrato de gestão daquela área, for renovado o contrato de sessão por quantos anos. Na sequência, **o conselheiro orlando destacou:** com relação ao custeio, há um déficit mensal, temos que ficar atento a isso. Apesar de seguir uma tabela, é importante ficarmos atentos com o cronograma físico e financeiro da construção desse hospital. Disse também: para que essa obra não seja do governador, secretário e ministro, tem que ser obra política pública de saúde. Em seguida, **o conselheiro João Dourado destacou:** que os leitos do Hospital Julio Muller não fossem instintos e que o conselho paute e discuta a questão da nefrologia. **O conselheiro indagou:** como está à relação do Hospital Julio Muller com o município, na questão de contratualização e recontratualização ? Gostaria de saber se o senhor tem a informação de por que a obra da nefrologia está parada ? Na sequência, **a Ouvidora do SES/MT Edna destacou:** fico muito feliz em estar discutindo sobre o Hospital Julio Muller e acho que esse assunto deveria estar ano a ano em pauta. Na ouvidoria temos visto a dificuldade que é para se manter os trabalhos apresentados pelo Drº Leonel. Em seguida, **o Técnico da Ouvidoria Adonias destacou:** quero dizer que o Hospital Julio Muller funciona de uma forma precária e é indiscutível a qualidade de serviço que presta à população. Na questão da farmácia, o governo investiu milhões em estrutura de uma farmácia de manipulação e com certeza essa estrutura ficou inadequada para adaptação e ampliação do Hospital e está com propostas de novas farmácias, isso tem que vir aqui para o pleno para ser discutido. Disse também: vão gastar dinheiro novamente com farmácias, gostaria que o Hospital Julio Muller falasse sobre isso. Na sequência, **o Drº Francisco Leonel destacou:** na época houve uma mudança em alguns setores do Hospital, disse não se lembrar dessas questões e passou a fala para o membro diretor do curso de medicina, Srº Antônio Amorim. Em seguida, **o Srº Antônio disse:** o Hospital tinha na época iniciado a construção do prédio e parte dele seria uma farmácia de manipulação, o prédio foi construído e o governo do estado não construiu o espaço para isso. Disse também: com isso esse prédio passou a ser administrativo, na época do secretário de estado, o Srº Marcos Machado. Com relação à obra da nefrologia, a questão é quase parecida, no início havia o interesse em criar um centro de nefrologia, mas com a mudança de governo houve o desinteresse na construção do centro de nefrologia. Porém no nosso entendimento, ele tem que ser construído, é necessário terminar o prédio. Em relação ao financiamento da prefeitura, estamos com um diálogo melhor com a Secretaria Municipal de Saúde. Na sequência, **o conselheiro Ângelo destacou:** tenho a impressão, que a situação que aconteceu com a farmácia, é a mesma que ocorreu com a FARMAT. Tentou-se implantar a FARMAT no governo Julio Campos, mas não conseguiu, devido a uma pressão da indústria farmacêutica, a assembleia não votou. Disse também: Hospital Universitário Formacional mesmo com déficit, continua dando assistência e com seu objetivo social, é um Hospital Universitário acima de tudo. Em seguida, **o Presidente colocou em votação os encaminhamentos propostos pelos conselheiros: Primeiro Encaminhamento: que o conselho paute e discuta a questão da nefrologia.** O encaminhamento proposto foi aprovado com 16 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Segundo Encaminhamento: que os leitos do Hospital Julio Muller não sejam extinto.** O encaminhamento proposto foi aprovado com 15 votos favoráveis. Na sequência, **o Presidente deu início ao próximo ponto de pauta. Pauta 3.3 Política Estadual de Saúde Mental,** apresentada pela Sra. Maria Aparecida, que destacou: Dados importantes de prevalência dos transtornos mentais na população em geral, Transtornos mentais e problemas com uso e abuso de álcool e outras drogas, objetivo, Estrutura da redação da PESM,



SUS

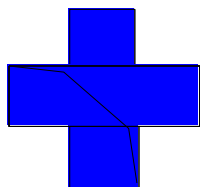
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

211 Eixos importantes para a execução das ações de Saúde Mental. Disse também: Revogação da
212 Resolução 026/2003, que dispõe sobre critérios para o processo de implantação de Centros de
213 Atenção Psicossocial (CAPS) no Estado de Mato Grosso e revoga a resolução CIB 026/2003. Em
214 seguida, **o conselheiro José Alves destacou:** procurei a parte de financiamento e achei uma portaria
215 que fala de recursos 112/2008, que foi revogada. Não vi nesse documento, a questão das unidades
216 terapêuticas, é um sistema paralelo e não devemos ignorar isso, devemos trazer para dentro do
217 sistema e discutir a viabilidade disso. O mesmo propôs um ponto de pauta: Apresentação da
218 situação do Hospital Adauto Botelho. Na sequência, **a técnica Daniela Bezerra (CIAPS - Adauto**
219 **Botelho) disse:** gostaria de saber do Conselho Estadual de Saúde, qual sua posição a respeito da
220 ciência de vocês quanto essa mudança citada pelo conselheiro José Alves, dos 120 leitos de
221 internação que nos temos, sendo que é a única referência do Estado, para um prédio que é imóvel de
222 propriedade privada, com um contrato de aluguel de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) por mês, foi
223 palco da figura do lado de cá, do manicômio, por muitos anos, para justificar esse preço colocaram
224 que era destinado para reforma desse local. Disse também que: gostaria que vocês estivessem
225 cientes que temos um abaixo assinado, com quase 400 assinaturas, incluindo populações, familiares,
226 usuários, servidores, trabalhadores, professores da UFMT, estudantes. Esse abaixo assinado foi
227 protocolado no Ministério Público., não é uma questão de distância. Qual a posição do Conselho. O
228 Presidente Sr. Carlos Alberto Eilert – disse que ouviu uma entrevista do Senhor Secretário de Saúde
229 na radio, (80 leitos seriam para os atuais e 40 ou 50 para álcool, e que o Conselho não tem ciência
230 ate hoje) e pede o resgate dessa entrevista para discussão neste Pleno. Em seguida **o Conselheiro**
231 **João Suter** – a respeito da política estadual de saúde mental, a questão mais importante e o
232 financiamento, por que temos em Alta Floresta um CAPS, quanto aos médicos quanto maior e mais
233 distante as cidades não tem medico, maior o custo. O CAPS é idêntico, não tem medico, o NASF
234 esta totalmente desparelhado de recursos humanos, sem pacote de financiamento, pactuação, se o
235 Governo do Estado não consegue hoje manter o que já tem, a criação dos que já existem vai onerar
236 os municípios que não tem condições de captação de novos CAPS. Em seguida, **o conselheiro**
237 **Ângelo destacou:** gostaria de dar uma sugestão e fazer uma pergunta com relação aos CAPS, o
238 projeto tem a parte arquitetônica que não foi citado, porque está implícito no projeto de
239 implantação, mais seria melhor se ficasse mais claro a parte arquitetônica, qualificação da equipe,
240 gerenciamento, financiamento e programação. No mês passado, eu participei de uma audiência
241 pública sobre política de saúde mental no Estado de Mato Grosso e que um deputado criou uma lei
242 e vai ser levada a plenário, justamente esse projeto de lei será discutido a saúde mental e o
243 interessante é que dentro desse projeto, eu não vi ser citada uma palavra sobre o CES. Sendo que,
244 quem define e normatiza isso ai é o Conselho Estadual de Saúde. Mais vi uma coisa boa, ele
245 amarrou um recurso que deve ser colocado no orçamento para saúde mental, só que não
246 quantificou. Disse também: gostaria de saber como está o andamento desse projeto, pois não foi
247 passado nada para o CES ? **Na sequência, a técnica da SES, Sra. Áurea disse:** tem uma parte no
248 projeto que coloca o CES e outras entidades como controle social. Com relação ao espaço físico que
249 o conselheiro perguntou, nessa resolução tem sim, é um espaço mínimo mais tem. Com relação ao
250 CAPS, ele é um serviço de auto ajuda e não de saúde. O CAPS entra com uma ajuda, pois há uma
251 lacuna muito grande na saúde mental, por isso não foi colocada na política pública, A resolução e
252 desde 2003. **Presidente Carlos** – recomendação que um Conselheiro Titular e um suplente façam



SUS

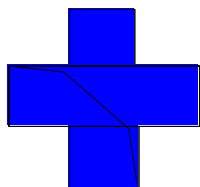
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

parte da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa - **Em seguida, a conselheira Clestiane destacou:** se a resolução é CAPS ótimo, se vamos resolver o problema com CAPS ótimo, mas e quem não tem CAPS ? Não tem como falar em programa de saúde mental, se não pensar na população do Estado inteiro. Disse também: eu não entendo como política de saúde mental, porque não contempla nem metade de uma população e teria que contemplar todo mundo. Qual é a política de saúde mental do Estado para municípios com menos de 20.000 habitantes ? **Na sequência, a técnica do SES, Sra. Maria Aparecida respondeu:** para esses municípios menores, a atenção básica deveria estar bem mais atuante na assistência dessas pessoas, sendo que não é o que encontramos. A atenção básica é bastante resistente, não só em Cuiabá, em outros municípios também. Na atenção básica a rotatividade de servidores é muito grande. A atenção básica acha que saúde mental não é compromisso dela, sendo que é sim. **Conselheira Jucelia** – a questão da referencia depende muito da região. No exemplo de Juína o CAPS. A unidade de família e quem tem que resolver. Juína atende mas isso é um acordo com os municípios. **Em seguida, o Conselheiro Edvande** pede a fala para **o servidor da Ouvidoria Adonias** – a ouvidoria visitou os hospitais Adalto Botelho e várias unidades e saíram horrorizados pela falta de estruturas. Foi feito moção contra a saúde mental. Que devem comunicar o conselho dessa deficiência, a falta de medicamento. Gravidade da saúde mental no Estado. E que não tem estrutura para atender essas pessoas. **o conselheiro Orlando destacou:** a Secretaria de Educação e de Saúde começou uma pesquisa trabalho de consulta de abordagem de saúde do trabalhador, com relação a saúde do trabalhador qual o percentual, que deve incluir como saúde mental. Conselheiro Carlos – aprovação da política de saúde mental coloca em votação. Conselheira Jucelia – a resolução já passou na CIB, pois ela. **Servidora Aurea** - Não envolve financeiro, recurso, tem uma outra portaria 112 que envolve recurso. E mais orientação. Recurso financeiro o serviço de CAPS medicamento e repassado diretamente para o município, por causa da portaria, da medicação da farmácia básica. Essa questão é de política e estadual em consonância com a nacional para que os municípios construam com base na estadual e nacional. **Conselheira Jucelia** – o tramite e primeiro ser aprovada na CIB para depois aprovar no CES, se aprovar a política a resolução ter que ser dentro da política. **Conselheira Clestiane** – encaminhamento a política contemple municípios com menos de 20 mil habitantes, para não haver exclusão da população. Nessa política estadual de saúde mental contemple toda a população. **Técnica** - esclarece que a política estadual não segrega. Trata os municípios com menos de 20 mil habitantes, e os ambulatorios que o município precisa criar assistência, e quando precisar internar, o município precisa de parceria. Os municípios precisam ter suas políticas, aqui são somente diretrizes. **Conselheira Clestiane** - Dentro do financiamento terá que ser per capita, para contemplar os municípios com 20 mil habitantes. **Conselheiro Carlos** – quando traço a política não traço a quantidade de habitantes. Na política segrega quem tem menos de 20 mil habitantes. Que a política seja para todos. **Conselheiro Angelo** – dentro dos eixos para execução de política mental – garantir ações para os municípios acima de 20 mil habitantes, por causa dos especialistas. **A conselheira Clestiane não satisfeita com as explicações das técnicas do SES, dizendo que não se sentia realizada, pois os municípios que tiverem menos de 20.000 habitantes não são contemplados com o CAPS. Na sequência fez um pedido de vista para analisar melhor o assunto.** Após o pedido de vista o presidente encerrou as discussões, pois o assunto será discutido posteriormente na próxima pauta, após a análise do pedido de vista. **Em**



SUS

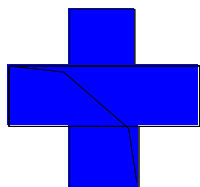
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

295 **seguida, o presidente deu início aos informes finais.** Na sequência, **o conselheiro Edvande fez o**
296 **seu informe, destacou:** vai ter um seminário, a partir das 8:30, sobre o contexto da democracia
297 participativa, tutor Rubens Pinto Lira, da federal da Paraíba, no auditório da OAB, ta sendo
298 convidadas todas as ouvidorias do Estado. Disse também: gostaria de parabenizar o COREN pelo
299 espírito democrático que foi desenvolvido nas eleições. Dia 27 de outubro, dia nacional da
300 mobilização da população negra, estamos distribuindo uma cartilha aos 141 municípios, junto com
301 folder, explicando um pouco mais essa política. Disse também: que dia 18 a 21 estará em São
302 Paulo, no encontro de lideranças de rede de populações negras, preparatório da 14º Conferência
303 Nacional de Saúde. **Em seguida, a ouvidora Édna fez seu informe, destacou:** encaminhei um
304 ofício a Pedro Henry, informando das dificuldades que a ouvidoria está tendo em realizar seu
305 serviço por falta de profissionais, não estamos conseguindo trazer os relatórios mensais. Gostaria de
306 uma inclusão de pauta para a discussão desse assunto. Após os informes finais e não havendo nada
307 mais a ser deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada pelo Presidente às dezoito horas, após lida
308 e achada conforme, a presente Ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Vice Presidente,**
309 **o Sr. Carlos Alberto Eilert,** pelo Secretário Executivo, **Ivan Utsch Seba** e pelos demais
310 Conselheiros presentes: **Leila Maria Boabaid Levi (SES); Valmi Simão de Lima (SEMA);**
311 **Antônio José Amorim (UFMT); Ângelo Falcão de Figueiredo (UFMT); Cássio de Mello**
312 **Campos (FUNASA); Mázena Salah El Din Farah (Entidades Filantrópicas); Patrícia Chaves**
313 **West (SINDESSMAT); Aparecida Clestiane da Costa S. V. Amorim (COSEMS); Maria**
314 **Aparecida Amorim Fernandes (CRP); Jucélia Clara Nunes de Souza (CRESS); Carlos**
315 **Alberto Eilert (ED. Física); José Alves Martins (CREFITO); Roberta Freitas (CRF); Zuleide**
316 **Pulcherio Klein (SISMA); Lucimar Brito de Palmas (ECO-3); Orlando Francisco (SINTEP);**
317 **Edvande Pinto de França (Movimento de Raças); Márcia Regina Gomes Pereira (NEOM);**
318 **João Luiz Dourado (CUT); Lilia Suely Alves dos Santos (AMDE); Ruth Neia Magny Soares**
319 **(AMDE); Antônia Lúcia Ribeiro (FEMAB); Paula Naves Alves (DF Criança e Adolescente);**
320 **João Suter dos Santos Filho (SINDIMENÉRIO); Zilma Porfiro (FETAGRI).**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342